



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
GABINETE DO MINISTRO
OUVIDORIA-GERAL
DIVISÃO DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

ORIENTAÇÃO Nº 2/2023
PROCESSO Nº 71000.012083/2023-22

Assunto: Procedimentos para funcionamento do sistema e-Agendas.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 71000.012083/2023-22.

Prezados(as) Senhores(as),

1. Trata a presente dos procedimentos realizados em prol da exigência de registro e publicação diária, em Transparência Ativa, dos compromissos públicos de autoridades e agentes públicos abrangidos pela Lei de Conflito de Interesses, a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego, com atualizações trazidas pelo Decreto nº 10.889, de 09 de dezembro de 2021, que regulamenta o inciso VI do caput do art. 5º e o art. 11 da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo Federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado, e institui os protocolos advindos da implementação do Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal - e-Agendas.

2. O e-Agendas tem como objetivo promover, por meio de divulgação diária na internet em local único de fácil acesso, a transparência das agendas de compromissos públicos de ocupantes de determinados cargos e funções da Administração Pública Federal. Dessa forma, pretende-se viabilizar o controle social, prevenir o conflito de interesses e promover a ética e a integridade, em alinhamento com os princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e da publicidade na Administração Pública Federal. Tem foco em dar maior transparência para as relações público-privadas e entrou em vigor dia 09 de outubro de 2022.

3. De acordo com Artigo 11 da Lei de Conflito de Interesses, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, devem divulgar, diariamente, em Transparência Ativa, por meio da internet, suas agendas de

compromissos públicos, os ocupantes dos cargos de ministro de Estado, secretário-executivo, secretários nacionais e os demais ocupantes de cargo CCE ou FCE-15 acima ou equivalentes, com base na Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021. A previsão legal abrange tanto chefes como assessores nos níveis tratados acima.

4. Além das autoridades acima relacionadas, com a publicação do Decreto nº 10.889/2021, que em seu Artigo 11 estabelece a obrigação de registro e publicação, por meio do sistema e-Agendas ou por meio de sistema próprio, observa-se uma ampliação na abrangência daqueles sujeitos à divulgação da agenda de compromissos públicos, de acordo com o Art. 3º, que lê:

Art. 3º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão realizar processo interno de gestão de riscos para verificar a existência de agentes públicos que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput do art. 2º da Lei nº 12.813, de 2013, e que participem de forma recorrente de decisão passível de representação privada de interesses, para:

(...)

II - divulgar as informações de que trata o art. 11 relativas aos compromissos públicos dos agentes a que se refere o inciso I.

5. Com base no dispositivo acima, conforme orientação da Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/prevencao-da-corrupcao/transparencia-de-agendas/secoes/perguntas-frequentes>), entende-se que o Decreto nº 10.889/2021 passa a elencar três públicos a serem abrangidos:

Autoridades do Poder Executivo Federal ocupantes de cargos iguais, equivalentes ou superiores ao de CCE-15 ou FCE-15, e seus substitutos (durante o período de substituição);

Aqueles ocupantes de cargos CCE-13 ou FCE-13, e seus substitutos (durante o período de substituição) que, apesar de não se enquadrarem no rol de autoridades da Lei nº 12.813/2013, venham a ser identificados pelo respectivo órgão ou entidade de atuação em razão de participarem de forma recorrente de decisão passível de representação privada de interesses, com base em processo interno de gestão de riscos.

Qualquer outro agente público que, apesar de não se enquadrarem no rol de autoridades da Lei nº 12.813/2013, venham a ser identificados pelo respectivo órgão ou entidade de atuação em razão de participarem de forma recorrente de decisão passível de representação privada de interesses, com base em processo interno de gestão de riscos.

6. Cabe destacar o que é entendido, no âmbito do Decreto nº 10.889/21, como compromisso público, conforme dispõe o Artigo 5º:

Art. 5º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - compromisso público - atividade da qual o agente público participe em razão do cargo, da função ou do emprego que ocupe, abrangidos:

a) audiência pública - sessão pública de caráter presencial ou telepresencial, consultiva, aberta a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, com o objetivo de subsidiar o processo de decisão em âmbito estatal;

b) evento - atividade aberta ao público, geral ou específico, tais como congressos, seminários, convenções, cursos, solenidades, fóruns, conferências e similares;

c) reunião - encontro de trabalho entre o agente público e uma ou mais pessoas externas ao órgão ou à entidade em que atue, em que não haja representação privada de interesses;

d) audiência - compromisso presencial ou telepresencial do qual participe

agente público e em que haja representação privada de interesses; e

e) despacho interno - encontro entre agentes públicos do mesmo órgão ou da mesma entidade.

7. Adicionalmente, no que tange à alínea “d” acima, com o intuito de prevenir situações que possam ensejar hipóteses de conflito de interesses, em especial no que concerne à representação de interesses, comumente conhecida como lobby, os agentes públicos, com base no §3º do mesmo Artigo 5, deverão registrar e publicar os compromissos públicos agendados por solicitação de outro agente público, quando este estiver acompanhado de representante de interesses, no qual haja representação privada de interesses. Também deverão ser publicados aqueles compromissos, presenciais ou telepresenciais, entre dois agentes públicos, quando um deles representar interesse e se encontrar em licença para desempenho de mandato classista.

8. Por outro lado, cabe destacar a dispensa de registro e divulgação de despachos internos, compromissos pessoais e os compromissos cujo sigilo seja imprescindível à salvaguarda e à segurança da sociedade e do Estado, incluídas as atividades de segurança e de defesa cibernética, além de outras hipóteses de sigilo previstas em leis específicas, conforme preconiza o Artigo 14 do Decreto nº 10.889/2021.

9. Ainda de acordo com o Decreto 10.889/2021, o registro de presentes e hospitalidades recebidos de agentes privados em razão do cargo, função ou emprego público que ocupe ou de atividades que exerça enquanto agente público, cuja recusa ou devolução tenha sido inviável, é obrigatória. Hospitalidades estão geralmente associadas a viagens, tratando-se de pagamentos de despesas com transporte, alimentação, hospedagem, atividade de entretenimento, taxa de inscrição em evento ou curso.

10. Diante do exposto, visando a uma melhor observância das obrigações de Transparência Ativa trazidas pela Lei nº 12.813/2013 e pelo Decreto nº 10.889/2021, esta Divisão de Transparência e Acesso à Informação – DTAI ORIENTA às unidades pertencentes ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome a adoção dos seguintes procedimentos:

I- A DTAI será responsável pelo cadastro de todos os agentes públicos obrigados no sistema e-Agendas, a partir de visita presencial em cada uma das áreas técnicas.

II - Caberá aos agentes públicos obrigados o registro, no sistema e-Agendas, de todos os compromissos públicos, em especial:

a) Audiências e reuniões, indicando objetivo e lista dos participantes;

b) Viagens em que o traslado, a hospedagem ou alguma comodidade foi custeada por entes privados;

c) Viagens em que o agente público participou de compromissos voltados à sua função;

d) Participação em eventos externos, com informações sobre condições de sua participação, inclusive remuneração, se for o caso;

e) Audiências concedidas, com informações sobre seus objetivos, participantes e resultados;

f) Eventos político-eleitorais, informando as condições logísticas e financeiras da sua participação.

III - Participação em audiências sempre com o acompanhamento de, no mínimo, outro agente público do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

IV - Quando o compromisso público envolver encontro entre agentes públicos e representantes de organismos ou governos internacionais será registrado como reunião, a não ser que se tenha participação de agente privado também.

V - Ainda, é importante, no detalhamento do compromisso público no sistema, não incluir links de reuniões telepresenciais, a não ser quando da realização de eventos ou audiências públicas

VI - Registro, em até 7 dias após sua realização, dos compromissos públicos cuja participação não havia sido prevista, conforme dispõe o Artigo 12 do Decreto nº 10.889/2021.

VII - Adequação das informações prestadas sobre cada compromisso público, como preparação para a utilização do e-Agendas, o que abrange dados como assunto, local, data, horário, lista de participantes. Quando se tratar de audiência, acrescentar a identificação do representante de interesses e de terceiros representados, bem como a descrição dos interesses representados.

VIII - Identificação e comunicação à Unidade Gestora de Integridade (AECI) de situações potenciais de riscos para a integridade e a imagem do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para que se possa identificar agentes públicos a que se refere o Artigo 3º do Decreto nº 10.889/2021, que fala da gestão de riscos interna.

IX - Registro de presentes e hospitalidades oferecidos por agentes privados, de modo a informar quem ofereceu, o tipo de presente e uma descrição com o valor.

X - Se o APO recebeu um presente, e não foi possível devolvê-lo, ele tem a obrigação de entregar o presente à Unidade de Patrimônio do MDS, além de informar no Sistema e-Agendas que foi realizada a entrega à Unidade de Patrimônio, por meio de declaração.

XI - Brindes recebidos não devem ser registrados. É importante ressaltar que brinde deve ser entendido como um objeto de baixo valor comercial que traz consigo uma logomarca institucional, oferecido por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, divulgação, campanhas promocionais ou por ocasião de datas comemorativas. Atualmente, o valor máximo de um brinde, de acordo com o Decreto 10.889/2021, é de 1% do teto remuneratório do serviço público.

XII - É possível cadastrar Assistentes Técnicos no sistema, que

poderão realizar as atribuições do Agente Público Obrigado mediante à delegação prévia. A partir da delegação, o Assistente Técnico terá o mesmo acesso que o próprio agente público delegante, podendo fazer os registros no sistema em seu nome. Dessa forma, poderá registrar as informações na agenda de compromissos públicos ou mesmo realizar o cadastramento e descadastramento de informações no sistema.

XIII - Um assistente técnico pode ter como responsabilidade mais de uma agenda, isto é, mais de um APO pode delegar os registros de suas agendas para um mesmo assistente técnico.

XIV - Não são cadastradas informações sigilosas ou de acesso restrito, compromissos privados que não têm relação com a função pública, viagens custeadas com recursos públicos.

XV - É importante ressaltar que, independentemente de a viagem ter sido custeada por órgão da Administração Pública Federal, há sempre a necessidade de registro dos compromissos que ocorreram durante a viagem.

XVI - Sempre que o Agente Público Obrigado - APO estiver ausente por férias, licença ou outro motivo de afastamento legal, a publicação da agenda passará para seu substituto, o Agente Público Eventual Obrigado - APO Eventual.

XVII - Caso o substituto não seja APO, ele deverá ser cadastrado no sistema e-Agendas pela Divisão de Transparência e Acesso à Informação - DTAI como Agente Público Obrigado Eventual. Com esse perfil, sua agenda ficará ativa nos períodos de substituição.

XVIII - Cabe ao APO titular o registro no sistema e-Agendas dos períodos de afastamento, juntamente com nome do APO Eventual.

XIX - O APO Eventual deverá delegar perfil para seus Assistentes Técnicos, preferencialmente, no primeiro dia de substituição.

11. Cabe ressaltar que as considerações aqui trazidas não desobrigam os agentes públicos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome da leitura do texto integral da legislação aqui referida.

12. Ainda, disponibilizam-se os materiais construídos pela Divisão de Transparência e Acesso à Informação disponíveis no link: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/capacitacoes. Nele é possível encontrar vídeos, apresentações e tutoriais acerca do e-Agendas.

13. Por oportuno, informa-se que as obrigações legais aqui abordadas serão objeto de monitoramento periódico por parte da Ouvidoria-Geral do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio da Divisão de Transparência e Acesso à Informação – DTAI.

Atenciosamente,

Marina Rios Amorim

Chefe de Divisão de Transparência e Acesso à Informação

De acordo.

Aureliano Vogado Rodrigues Junior

Ouvidor-Geral Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Marina Rios Amorim, Chefe de Divisão**, em 23/02/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



Documento assinado eletronicamente por **Aureliano Vogado Rodrigues Junior, Ouvidor(a)-Geral, Substituto(a)**, em 23/02/2023, às 18:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador 13614659 e o código CRC E7334818.